

A comunicação política do XVII Governo de Portugal

Hália Costa Santos

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (Instituto Politécnico de Tomar)

Resumo

O objecto deste estudo é a política de comunicação do XVII Governo de Portugal, eleito em Fevereiro de 2005 com maioria absoluta. Desde a vitória nas urnas que o secretário-geral do Partido Socialista, José Sócrates, se pautou por uma conduta de silêncio. A formação do Governo foi feita de forma resguardada, sem uma intervenção directa dos media. A acção política desde Governo, pelo menos nos três primeiros meses de existência, pareceu não depender directamente da comunicação para o exterior. Ou seja, não parece haver uma transformação das medidas em espectáculo, como acontecia no passado. A questão que se coloca é: quais são as prioridades em termos de política de comunicação deste Governo? É a esta questão global que se vai tentar responder, subdividindo-a noutros aspectos. Nomeadamente a tentativa de confirmação das seguintes hipóteses:

- 1.A estratégia de comunicação do Governo é claramente diferente da que tinha o Governo anterior.
- 2.A intenção do Governo é fazer com que os seus líderes e os seus assessores de imprensa apareçam o menos possível.
- 3.A presença do Governo nos media, verificada, a título de exemplo, num diário de referência, durante os seus dois primeiros meses de actividade, é moderada.
- 4.Os jornalistas reconhecem que a imagem do Governo que passou nos primeiros meses o favorece.

Para além de contextualização teórica, esta investigação baseia-se em três vertentes: entrevista semi-estruturada ao ministro da Presidência, Pedro da Silva Pereira; questionário a directores e editores dos media; análise de um diário de referência (Diário de Notícias).

Contextualização

Felipe Gonzalez, primeiro-ministro espanhol pelo PSOE entre 1982 e 1996, foi um dos líderes de Governo que conseguiu não só distanciar-se dos media, como também ganhar algum respeito por parte deles (Sanders, Bale e Canel, 1999:461). Apesar de ter governado num contexto difícil, com várias situações complicadas envolvendo membros do Governo, Gonzalez nunca perdeu a sua reputação. E o mesmo aconteceu com o primeiro-ministro conservador John Major, no Reino Unido.

Sanders, Bale e Canel sublinham o papel que os media têm na construção da imagem do primeiro-ministro: “Há três pontos essenciais a considerar: o mercado dos jornais, os meios de comunicação audiovisuais e as regras e tradições que envolvem os jornalistas no acesso aos políticos e a sua autonomia em relação ao controlo político” (:467).

Um jornalista inglês lembra que Major começou por ser conhecido por “Mr. Nice”. Por oposição a Thatcher, Major convidava os jornalistas para festas e falava com eles em situações informais, como num avião, por exemplo. Por outro lado, outro jornalista inglês explica que a estratégia de comunicação do Governo estava completamente separada da comunicação do partido. O assessor de imprensa era pouco politizado e as regras da comunicação passavam pela imparcialidade e pelo cumprimento do serviço público (Sanders, Bale e Canel, 1999: 471).

Para Santamaria (2002), os especialistas em comunicação que operam no seio de partidos políticos e /ou governos são confrontados com uma “ambivalência de atitudes e reacções” por parte dos líderes de opinião e do público em geral. “De um lado há uma mitificação e exaltação do seu papel. Do outro lado há uma demonização desse mesmo papel como profissionais da manipulação. De um lado há uma admiração perante o virtuosismo na utilização de técnicas que em boa parte são esotéricas, que dão a estes profissionais uma auréola quase mágica. Do outro lado, uma condenação moral destes profissionais, das suas práticas e dos seus métodos e da sua propensão para distorcer a realidade apresentando os aspectos mais favoráveis do candidato ou do partido para quem trabalha e os mais desfavoráveis do adversário.” (2002:789).

XVII Governo de Portugal

O primeiro sinal de que o novo Governo socialista, liderado por José Sócrates, adoptaria uma estratégia de comunicação claramente diferente da que havia sido seguida pelo Governo anterior (que tinha uma presença constante nos media, contradições frequentes entre membros da mesma equipa, tentação de transformar qualquer acontecimento político em espectáculo) terá sido dado pelo principal responsável pelo programa de campanha do PS, António Vitorino. Em Fevereiro de 2005, lançou o célebre aviso: “Habituem-se!” Os jornalistas reagiram, tendo entendido, na sua maioria, que se tratava de um prenúncio de limitação do acesso à informação.

O momento em análise (12/Março/05 a 19/Junho/05) foi particularmente difícil para o novo Governo (com a tomada de medidas impopulares com vista a reduzir o défice orçamental), o que explica a adopção de um cuidado especial com as questões da comunicação. Neste processo o Governo beneficiou de uma colaboração estreita quer com o Grupo Parlamentar do PS quer com o próprio partido. Ao nível interno, o Governo discute a sua estratégia fazendo um esforço de coordenação das acções políticas.

No que diz respeito à política de comunicação, para além dos habituais instrumentos de comunicação (Gabinetes de Assessoria de Imprensa e portal na internet) o núcleo duro do Governo coordena as entrevistas de fundo dos ministros, sobretudo no que diz respeito ao calendário. Naturalmente, as intervenções avulsas dos membros do Governo e o estilo com que são feitas ficam ao critério de cada um. Exemplo disso foi a entrevista dada já em Julho pelo primeiro-ministro à SIC, com o objectivo de explicar as opções pela OTA e pelo TGV, assim como de explicar o aumento do IVA. A maneira de ser de José Sócrates¹ acabou por transparecer, vingando a tese de que o pior que um político pode fazer é tentar criar uma imagem que não corresponde à realidade.

A opção do Governo, como reconhece o próprio ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Pedro da Silva Pereira², foi no sentido de usar a comunicação política com

¹ António Ribeiro Ferreira, na sua crónica do DN de 15 de Março de 2005 diz que “o primeiro-ministro tem muito mau feitio, zanga-se com facilidade e as fúrias fazem parte do seu quotidiano”.

² Entrevista concedida para efeitos de produção deste artigo, a 19 de Julho de 2005. Neste mesmo dia era conhecida a polémica entrevista dada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, e

conta, peso e medida. Ou seja, utilizando-a ao serviço das medidas tomadas, mas não recorrendo a ela mais do que o necessário. Esta nova forma de estar na política acabou por receber elogios por parte dos “opinion makers”. Marcelo Rebelo de Sousa foi um dos que viu nesta conduta de “ter decidido fazer tudo sem portas abertas” um aspecto positivo (RTP, 29/Abril/05). Miguel Coutinho, no editorial do DN, defende que este silêncio “é de ouro” porque “retira espaço a exercícios especulativos” (DN, 04/Março/05). No entanto, apenas uma semana depois da tomada de posse havia já quem questionasse a estratégia do Governo:

“O essencial é que a gestão do silêncio e a disciplina do Governo, que tão elogiadas têm sido, começam a criar a sensação de que existem porque não há nada para dizer ou há medo de dizê-lo.”

(José Manuel Fernandes, Público, 19/Março/2005).

José Sócrates, enquanto primeiro-ministro indigitado, quando foi entregar ao Presidente da República a lista do seu elenco governativo escusou-se a divulgá-la aos jornalistas que, em directo para as televisões, o questionaram sobre o assunto. Simplesmente explicou que, naquele preciso momento, o seu Gabinete estava a enviar para as redacções as listas com a composição do Governo, escusando-se a responder a perguntas sobre nomes em concreto.

Para o Governo, a questão do silêncio está directamente relacionada com a necessidade de mostrar que a nova equipa governamental teve, desde o início, um rumo e uma estratégia. Fazendo parte integral da acção política, a comunicação política relativa às medidas e às tomadas de posição praticamente só aconteceu nos momentos e locais escolhidos pelo próprio Governo, contrariando uma forma de estar típica da classe jornalística. Curiosamente, a generalidade dos jornalistas aceitou esta nova forma de comunicação política, aguardando os momentos do Governo.

Nos três meses primeiros meses de governação assistiu-se uma política de contenção de informação. Os próprios ministros abstiveram-se de fazer intervenções avulsas antes do Programa do Governo estar aprovado³. Por outro lado, surge a ideia de que os ministros não têm uma obsessão em estar presentes nos media. Parece aplicar-se o lema segundo o qual quanto menos se falar menos riscos se correm. A estar a seguir uma estratégia de

a demissão do ministro das Finanças, Campos e Cunha.

³ Notícias várias publicadas na imprensa dão conta de uma “lei da rolha” imposta pelo primeiro-ministro.

silêncio, como aqui se pretende mostrar, o XVII Governo de Portugal não está a fazer nada de inovador. Um porta-voz do Partido Trabalhista de Tony Blair disse, depois de vencerem as eleições que a política do Governo é de não ter muitas pessoas nas ondas (da rádio e da televisão) “para que a mensagem não se perca” (Esser et al, 2000: 215). Já na sede de campanha de Bill Clinton, em 1992, o lema era: “A velocidade mata”.

O certo é que nos três primeiros meses de Governo apenas num momento a política de comunicação pareceu falhar (caso das declarações opostas do então ministro da Finanças e do primeiro-ministro sobre o aumento dos impostos). De resto, as declarações foram feitas de forma ponderada, evitando, quase sempre, a surpresa. A ideia que passa é que os membros do Governo comunicam no momento e no canal por eles escolhidos e não cedem às necessidades dos jornalistas. Curiosamente, esta estratégia, pelo menos nos três primeiros meses, terá dado um efeito positivo para o Governo, que terá conseguido passar as mensagens com serenidade e clareza, apesar dos momentos difíceis que se viveram (com greves e protestos frequentes na sequência do anúncio de medidas de corte de regalias e de aumentos de impostos).

O Governo considera que, no geral, a mensagem passou tão bem quanto possível, sobretudo tendo em conta a existência de linhas editoriais consideradas adversas ao Governo. Nos casos em que a posição dos media foi desfavorável ao Governo, os seus elementos decidiram não entrar em polémicas, assumindo uma relativização das opiniões expressas, sobretudo quando assentam em informações que, na perspectiva de quem governa, não correspondem ao real. Outro sinal positivo foi a inexistência de fugas de informação substanciais. Este facto, visto como um sinal de coesão do próprio Governo, consubstancia o ideal de todos os governos e reverte a favor de uma boa comunicação política.

Uma das linhas de acção assumida pelo Governo é a indicação de que tem a sua própria agenda e não ceder à agenda mediática. A equipa reconhece que comunicação social tem os seus próprios ritmos e os seus próprios objectivos, e que isso provoca algumas pressões às quais os políticos devem resistir. Ou seja, há um momento para preparar e um momento para anunciar.

A perspectiva dos jornalistas

No início do mês de Julho foram enviados cerca de 50 emails que se destinavam aos directores, directores adjuntos e editores de política dos principais órgãos de comunicação social (RTP, RTPN, SIC, TVI, TSF, RR, RDP, Rádio Comercial, Lusa, Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, A Capital, Correio da Manhã, Comércio do Porto, 24 Horas, Expresso, Independente, Visão, Sábado, Jornal de Negócios e Diário de Negócios). Obtiveram-se sete respostas, distribuídas da seguinte forma: quatro de jornais diários; um de um semanário; um de uma rádio; um de uma televisão.

As perguntas colocadas no email eram as seguintes:

1. Como caracteriza a política de actuação do actual Governo, nomeadamente em comparação com governos anteriores?
2. Como avalia os resultados práticos dessa política, nomeadamente na eficácia (ou não) das mensagens que passam para a opinião pública através da comunicação social?

Apesar de o volume das respostas não corresponder ao esperado, o certo é que o seu conteúdo revela posições interessantes, frequentemente comuns, mas por vezes discordantes, nomeadamente quanto à eficácia na “passagem” da mensagem por parte do Governo de José Sócrates. Na generalidade das questões, parece haver um posicionamento semelhante entre os inquiridos.

A primeira ideia que, directa ou indirectamente, surge em todas as respostas é que houve uma intenção clara do XVII Governo no sentido de adoptar uma política de “falar o menos possível”, marcando a diferença em relação ao Governo anterior. Aliás, surge a indicação, por parte de um editor de rádio, de que nos três primeiros meses do Governo de Sócrates os media tiveram “muito menos notícias de política”. Para um editor de um semanário, trata-se de uma “táctica” e não de uma política de comunicação:

“A táctica é ir falando pouco e pelo seguro. A mensagem deste Governo reduz-se a: o país está em dificuldades sérias, é preciso adoptar medidas fortemente restritivas, este Governo tem coragem para o fazer e está a fazê-lo distribuindo o custo por todas as classes. Este Governo quer dizer que está a governar.”

Um director de uma televisão caracteriza a comunicação política do XVII Governo como “a mais inteligente dos últimos tempos”, uma “atitude discreta, reservada e lacónica” que resulta num “sinal importante sobre a autoridade do

primeiro-ministro”. Na análise de um editor de rádio, Sócrates reserva para um núcleo duro as decisões estruturantes a tomar pelo executivo, “exige silêncio” e, como consequência, “a informação não circula”. Ou seja, “não há fugas de informação” e “a imprensa só dá conta das notícias depois do anúncio público, feito da maneira e nas circunstâncias que mais propiciam os interesses da maioria”.

Um subdirector de um semanário confirma a inexistência, nos primeiros meses de gestão do Governo em análise, de casos importantes de fugas. Acrescenta que “a política de divulgação de informação é, geralmente, selectiva”, não havendo “nenhum órgão de comunicação” que tenha “sido privilegiado”. No entanto, um editor de um jornal diário explica que apesar de a estratégia do Governo ser “falar o menos possível” e apenas “quando tem alguma coisa de novo para anunciar”, “houve algumas medidas que foram anunciadas em primeira mão nos jornais.”

A estratégia do Governo de Sócrates parece ter sido cuidadosamente delineada. A análise que se segue é apresentada por uma subdirectora de um diário:

“A divulgação do valor do défice previsto para 2005 abriu caminho à divulgação, numa primeira fase, das medidas de disciplina das contas públicas e, numa segunda, de anúncios de programas de investimentos, seguida de visitas pelo país de diversos ministros. Ou seja, é tipicamente uma estratégia que visa, através de iniciativas ‘positivas’, assegurar a liderança da informação, para roubar espaço à mediatização da crise e das lutas sociais, muito centradas na contestação da função pública.”

Outra ideia defendida por um editor de um diário é a de que os assessores têm instruções para “transmitir a menor informação possível”. Por outro lado, os próprios ministros terão uma conduta semelhante. Pelo menos na perspectiva de um director de televisão, “nenhum ministro surge a alimentar polémicas de retórica política esvaziada de conteúdo”. Ou seja, “os ministros surgem a falar das suas ‘policies’ e evitam falar de ‘politics’”.

Os jornalistas inquiridos parecem concordar com a ideia apresentada pela subdirectora de um diário de que o XVII Governo “cultiva uma imagem de discrição e de eficiência, muito inspirada no estilo do próprio líder”, José Sócrates. A ele se atribui, por exemplo, a reserva com que foi constituído o próprio Governo. Um editor de rádio descreve-o

como um primeiro-ministro “fleumático e reservado”, que “só aparece quando já sabe o que vai dizer, está bem preparado e não sai dessa linha”. Por seu lado, um subdirector de um jornal diário explica que Sócrates terá procurado “refrear ao máximo o diálogo” com a comunicação social “quer intencionalmente quer por natureza”.

Quase todos os jornalistas inquiridos apontam uma estratégia de contenção por parte de José Sócrates, aparecendo o menos possível, e assemelhando-se mais ao estilo de Cavaco Silva do que ao estilo de António Guterres, e muito menos ao estilo de Santana Lopes. Para um editor de rádio, José Sócrates é um primeiro-ministro “resguardado”, com intenções claras: “Quanto menos aparece em eventos públicos, menos tem de discursar ou falar com a imprensa, menos riscos há de entrar em contradições”.

A comparação com os governos anteriores é resumida por um dos subdirectores de um jornal diário da seguinte forma: “Enquanto o Governo anterior pecava por excesso na gestão do ‘soundbite’, este exagera nos silêncios”. Considerando ser necessária a comparação com vários governos anteriores, outro subdirector explica as diferenças:

“Guterres explorou a via dialogante por contraste com a tensão de Cavaco. Barroso explorou a determinação como contraste das hesitações de Guterres. Santana explorou a hiper-presença e simpatia como contraste da ausência de Barroso e crispação de Ferreira Leite. Sócrates explorou a parcimónia e silêncio, contrastando com Santana.”

De uma outra forma, as diferenças também são claramente ilustradas por outra subdirectora de um jornal diário:

“Em relação a Governos anteriores, registo que o Executivo presidido por António Guterres foi, desde a própria fase de composição da equipa, um Governo com paredes de vidro: tudo se sabia, tudo se dizia e foi assim desde o primeiro até ao último dia. O Governo de Durão Barroso pretendeu impor desde o início uma política de informação mais contida, preservando o primeiro-ministro das medidas difíceis, sempre protagonizadas em Manuela Ferreira Leite (ao contrário do que acontece agora em que é o primeiro-ministro a assumir). Quanto ao Executivo de Pedro Santana Lopes, apesar da curta duração, ficou marcado pela sobreexposição do primeiro-ministro e alguns membros da equipa.”

Na sua maioria, os inquiridos vêem resultados positivos na gestão da informação feita pelo Governo de José Sócrates, como reflecte o seguinte testemunho de um editor de um semanário:

“Um Governo que fala pouco e que não se mete em confusões é um governo com imagem de credibilidade e de firmeza.”

Vários dos inquiridos apontam as sondagens feitas nos primeiros meses de governação do Executivo de José Sócrates como um sinal positivo. Apesar das medidas de austeridade, o Governo continuava a “registar taxas de aprovação positivas”, sublinha uma subdirectora de um diário, chamando a atenção para o facto de não se saber até quando esta realidade se iria verificar.

Em relação ao “estado de graça”, que os jornalistas inquiridos admitem ter existido pelo menos nos três primeiros meses de governação de Sócrates, há quem faça o “mea culpa”. Por um lado, esta situação pode ser explicada pelo facto de existir, tradicionalmente, uma certa cultura de esquerda no seio dos jornalistas. Por outro lado, o “estado de graça” justificar-se-á pelo facto de o Governo ter sido eleito com maioria absoluta e, portanto, estar legitimado pelo povo. Aliás, esta é a perspectiva assumida pelo próprio Governo.

Para um editor de rádio, o “estado de graça” leva a “alguma tolerância por parte da população e também da comunicação social”. E será por isso que um editor de um diário lembra, por exemplo, que “os mesmos jornais que fizeram dezenas de notícias sobre as contradições que existiam no Governo liderado por Santana Lopes” não registaram a contradição nas declarações sobre os impostos que aconteceu no início de funções do Governo de José Sócrates. Mas, mais uma vez, a questão do tempo poderá ser decisiva e, quatro meses passados sobre a tomada de posse, havia já quem, nomeadamente “opinion makers”, identificasse sinais de desgaste, que corresponderiam ao final do referido “estado de graça”.

No geral, os inquiridos concordam com a ideia que durante os primeiros meses de governação José Sócrates beneficiou de uma imagem positiva. Exemplo disso é a opinião de um editor de um diário:

“O Governo tem sido ‘bem tratado’ pelos órgãos de comunicação, que passaram a mensagem de que era inevitáveis as medidas impopulares que o Governo aprovou

e elogiaram a postura do primeiro-ministro. O facto de José Sócrates ter conseguido evitar a descoordenação, que se sentiu no início em alguns momentos, a nível da mensagem que o Governo tenciona passar para a opinião pública também beneficia a imagem do Governo.”

Na opinião de uma subdirectora de um diário, a eficácia não tem sido em pleno, havendo falhas a apontar:

“Esta estratégia, muito inspirada no estilo do primeiro-ministro, só funciona com protagonistas igualmente disciplinados e numa lógica de acção concertada, pelo que os resultados têm sido prejudicados pelas iniciativas avulsas protagonizadas por alguns dos ministros mais idiossincráticos e pelas movimentações dentro do Partido Socialista. É também prejudicada pelo facto de o Governo ter tomado decisões ‘impopulares’, que mexem com os interesses de muitos grupos, além de, globalmente, haver uma percepção de que a situação do país é difícil.”

Mesmo assim, um director de uma televisão defende que a mensagem de Sócrates estava a passar, sobretudo tendo em conta que se tratava de um Governo que estava a aplicar “medidas duras de austeridade e a ‘mexer’ em privilégios de várias corporações”. Para este jornalista, a taxa de aceitação e/ou popularidade verificada através das sondagens, enquadrada na conjuntura, pode ser vista como “muito boa”.

Quanto à eficácia da comunicação do Governo de Sócrates, um editor de um semanário verifica que ela existe:

“A curto prazo é eficaz por duas razões. Primeiro: porque as pessoas depois de votarem esperam tranquilidade política, esperam decisões do Governo. (...) Segundo, a comparação com o Governo anterior é altamente vantajosa. (...) A ideia é transmitir uma imagem de responsabilidade.”

A interpretação de um subdirector de um diário só coincide com a anterior em relação a uma fase inicial da governação:

“Num primeiro momento, a política de não comunicação ajudou a credibilizar a imagem do primeiro-ministro. (...) foi positivo em termos de imagem termos um líder mais contido, transmitindo a convicção de que preferia pensar bem os assuntos antes de os atirar para a praça pública.”

No entanto, este jornalista considera que “uma série de episódios vieram ‘manchar’ esta imagem”, nomeadamente o aumento do IVA e o engano no Orçamento Rectificativo.

Para este inquirido, apesar de, à data da realização do questionário, existir uma “maior liberdade de expressão nos corredores do poder”, muitos governantes insistiam em “apostar no silêncio”, o que, na sua opinião estava a ter consequências negativas. Por exemplo, “atrasa e prejudica a definição de estratégias por parte dos empresários”.

Proactivos ou reactivos

Uma das formas de aferir a presença dos membros de um Governo na comunicação social é a de contabilizar as referências que lhes são feitas nos media. Sem pretender ser a parte crucial deste trabalho, o que agora se apresenta é um levantamento das referências feitas a membros de Governo e aos respectivos gabinetes e assessores de imprensa com objectivos claros: são proactivos ou reactivos (agendam momentos de comunicação ou limitam-se a responder?).

Esta análise é apresentada simplesmente a título de exemplo, e é relativa às edições do Diário de Notícias que correspondem aos dois primeiros meses de governação do executivo de José Sócrates (12/Março/05 a 12/Maio/05). O que se pretende é verificar se existe uma presença considerável, ou não, dos elementos da equipa governativa em causa e de que forma é que ela acontece.

Convém salientar que só foram tidas em conta declarações em discurso directo ou indirecto dos elementos do Governo, não se considerando posições ou opiniões assumidas noutras condições (exemplo: enquanto membros do Partido Socialista) nem relatadas por terceiros (exemplo: artigo de duas páginas com ideias do ministro dos Transportes sobre o TGV sem haver referência à origem dessa informação). Por outro lado, também não se consideram como presença do Governo simples referências a documentos produzidos pelo mesmo, sem comentários ou explicações de quem os produziu.

Contrariamente ao que se poderia esperar, e tendo em conta as inúmeras referências ao discurso do silêncio (feitas quer em artigos de opinião, quer em notícias, quer expressas nas respostas dos jornalistas e, até, assumido pelo próprio Governo), encontraram-se em dois meses de edições do Diário de Notícias 198 referências directas a membros do Governo e das suas equipas (primeiro-ministro, ministros, secretários de Estado, fontes

de gabinetes e assessores de imprensa). Para uma melhor análise, seria importante fazer uma comparação com situações anteriores, mas aquilo que os dados permitem verificar é que, provavelmente, o contexto em que os governantes ou seus representantes falam é que é substancialmente diferente, passando a ideia de que intervêm pouco.

Por exemplo, o primeiro-ministro é citado, maioritariamente, em ocasiões oficiais e/ou organizadas pelo seu gabinete (tomada de posse, discussão do Programa do Governo, um debate parlamentar, uma deslocação a Bruxelas, cinco visitas, comunicação sobre a morte do Papa e felicitação do novo Papa, duas apresentações de documentos, tomada de posse de directores da PSP, inauguração da Casa da Música, saída do Conselho de Ministros extraordinário, saída da reunião com a concertação social). Para além destas situações, José Sócrates é citado por ter dado duas entrevistas (RTP e El País) e por ter dado uma conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro espanhol.

Analisadas as circunstâncias em que o chefe do Governo se pronunciou, constata-se que na maioria das vezes não há sobressaltos; as ocasiões são previsíveis e as intervenções esperadas. Das vezes em que José Sócrates é referenciado, 24 vezes são em ocasiões preparadas, 5 são respostas a pedidos de esclarecimentos e em 2 delas não é possível determinar se o primeiro-ministro tinha intenções de o fazer ou se foi solicitado pelos jornalistas.

Quanto aos ministros, encontram-se 50 situações em que são criadas as condições para tornarem públicas posições (visitas, cerimónias, conferências, encontros com jornalistas), verificam-se 31 intervenções que são feitas como reacção a pedido de esclarecimento por parte dos jornalistas e registam-se outras 22 referências em que não é possível determinar se a intervenção é feita por iniciativa do governante ou como reacção a uma solicitação. No que diz respeito aos secretários de Estado, 8 das vezes que aparecem é porque eles próprios criaram condições nesse sentido, 12 referências são por reacção e noutras 8 vezes em que são referenciados não é possível determinar em que circunstâncias acontece.

Analisando o contexto em que aparecem a maior parte das referências quer do primeiro-ministro, quer dos ministros, o que se verifica é que na maioria das vezes os titulares de pastas se pronunciam por sua própria iniciativa, assumindo uma faceta mais proactiva do que reactiva. O que vai ao encontro da estratégia definida pelo Governo no sentido de ser a equipa a definir a sua própria agenda, não cedendo à agenda mediática.

Certamente que as respostas as pedidos dos jornalistas também se verificam, mas sempre dentro de uma certa contenção. A excepção encontra-se no caso dos secretários de Estado, o que é facilmente explicável pelo facto de terem menor peso político e por haver uma clara tentativa de fazer com que os próprios ministros assumam, preferencialmente, a comunicação das suas áreas.

Aliás, a pouca visibilidade dos assessores de imprensa parece, também, ir no sentido de uma certa discrição. Nos dois meses em análise, nas páginas do Diário de Notícias, só se encontraram três referências directas a assessores de imprensa. É evidente que as 64 referências a fontes oficiais, governamentais ou de gabinetes podem muito bem ser os próprios assessores. Mas também podem ser qualquer outro elemento da equipa, incluindo o próprio ministro. O que quer dizer que, mesmo que falem com os jornalistas mais do que é visível, fazem-no a coberto do anonimato.

Discussão

A comunicação política do XVII Governo de Portugal, nos seus primeiros meses de vida, foi, indiscutivelmente, pautada por certos cuidados. O que foi visto pelos jornalistas e pelos “opinion-makers” como uma política de silêncio é assumido pelo Governo como um acto de credibilização. Embora alguns episódios posteriores tenham mostrado alguma desorientação nas tomadas de posição (caso do artigo publicado no Público de 17 de Julho de 2005 que, alegadamente, esteve na origem da demissão de Campos e Cunha da pasta das Finanças), o certo é que, pelo menos nos primeiros tempos, o Governo de José Sócrates conseguiu, regra geral, determinar a sua própria agenda, aparecendo nas alturas previstas e não abruptamente. Aliás, os jornalistas que responderam ao questionário feito no âmbito deste trabalho comprovam isso mesmo.

Os jornalistas inquiridos atribuem esta postura de resguardo a dois factores: por um lado, a necessidade de o XVII Governo marcar uma clara diferenciação em relação ao Governo que o precedeu; por outro lado, ao estilo do próprio primeiro-ministro, comparável, por muitos deles, ao estilo de Cavaco Silva.

Existem outros factores de correspondência. O Governo assume que, mesmo no caso de linhas editoriais que lhe são adversas, não entra em polémicas. E esta posição é confirmada pelos jornalistas, através do testemunho de um director de uma televisão: “Nenhum ministro surge a alimentar polémicas de retórica política esvaziada de conteúdo.” Aliás, na análise das notícias relativas ao XVII Governo publicadas nos seus dois primeiros meses de exercício, no Diário de Notícias, não se encontram polémicas. Apenas anúncios e explicações.

Por outro lado, esta mesma análise comprova o que havia sido dito quer pelo ministro da Presidência, quer pelos próprios jornalistas inquiridos: pelo menos nos primeiros meses, o Governo de José Sócrates quase só apareceu em situações programadas, reduzindo o risco de exposição excessiva e de eventuais contradições, sempre (naturalmente) exploradas pelos media, com resultados frequentemente devastadores para os governantes.

Apesar de um cenário genericamente traçado como positivo para a imagem do Governo, alguns jornalistas inquiridos deram conta de situações menos positivas, o que poderia indiciar o anunciado fim do “estado de graça”.

Bibliografia

Esser, Reineman e Fan, *Spin Doctoring in British and German Election Campaigns*, in “European Journal of Communication”, Vol 15 (2), Londres, Sage, 2000.

Sanders, Bale e Canel, *Prime Ministers and News Management in Conservative Great Britain and Socialist Spain*, in “European Journal of Communication”, Vol 14 (4), Londres, Sage, 1999.

Santamaria, J., *Spin Doctors*, in “As Ciências da Comunicação na Viragem do Século”, Miranda, J.B. e Silveira, J.F. (org), Lisboa, Veja, 2002.